



Ofício nº1.154/2021/GS/SEMUS/PMV

Viseu/PA 02 de julho de 2021.

A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL VISEU/PA

Vossa Senhoria
NILCE MARIA SOUSA MONTEIRO
Presidente da CPL VISEU/PA

Assunto: **Solicitação de Providências – Viabilizar Processo Licitatório de Aquisição de Testes Rápidos Antígeno Swab. Ref.:** Fundamentação Legal: Lei 10.520 De 2002, Artigo 1º. Subsidiariamente a Lei Federal Nº. 8.666/93 e Alterações Posteriores e Termo de Referência.

Senhora Presidente,

A Secretaria Municipal de Saúde de Viseu/Fundo Municipal de Saúde de Viseu com intuito de atender as Unidades Básicas de Saúde – UBS's e Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24H integrantes da Rede Municipal de Saúde deste Município, e considerando o cenário epidemiológico vem por meio deste solicitar providências no sentido de viabilizar a formalização de processo licitatório para aquisição de Testes Rápidos de Antígeno Swab para utilização em casos suspeitos de Síndrome Gripal e Tratamento Precoce de infecção pelo novo coronavírus, conforme item descrito no Termo de Referência anexo.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 37, XXI, tornou o processo licitatório *conditio sine qua non* para contratos que tenham como parte o poder público, relativos a obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação.

Toda licitação deve ser pautada nos princípios e regras previstos no texto constitucional, notadamente os previstos no *caput* do aludido artigo, de modo que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Desta feita, na análise do sistema jurídico e tendo em vista o caso concreto, deve-se levar em conta não apenas as regras dotadas de alta especificidade, mas também os princípios constitucionais e administrativos, observando sempre a hierarquia das normas, portando respeitando a supremacia da Constituição Federal sobre todos os demais atos normativos.

Fernando dos Santos Vale
Secretário Municipal de Saúde
Distrito de Viseu - PA 02/2021



Diante disso, a par dessa abordagem Constitucional, *mister* que as regras relativas ao pregão sejam interpretadas através da Lei Federal nº 10.520/02, a regulamentação do Decreto nº 10.024/2019, O Decreto Municipal nº 036/2020, e também, a partir do que dispõem as normas (princípios e regras) da Lei nº 8666/93.

Este é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

“I- a licitação modalidade pregão, aplicam-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8666/93” (resp. 822337/MS; RECURSO ESPECIAL 2006/0039188-9 Relator Ministro Francisco Falcão (1116) Órgão Julgador T1-PRIMEIRA TURMA Data de Julgamento 16/05/2006).

A licitação como expressa o artigo 2º da Lei de Licitações destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios constitucionais e administrativos, a exemplo da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Na Lei Geral do Pregão (Lei nº 10.520/02) se exige que a fase preparatória do pregão deverá se basear na justificativa da necessidade de contratação pela autoridade competente. Juntamente com a justificativa, o órgão requisitante deverá definir de forma objetiva e pormenorizada o objeto a ser contratado, nos termos do art. 6º do Decreto nº 10.024/2019.

Considerando a necessidade de atender as demandas desta Secretaria e Fundo de Saúde do Município de Viséu/PA, no que se referem a aquisição de Testes Rápidos de Antígeno Swab para utilização em casos suspeitos de Síndrome Gripal e Tratamento Precoce de infecção pelo novo coronavírus, visando a contratação de empresa especializada para fornecimento do item a ser licitado, atendendo satisfatoriamente a quesitos básicos como boa reputação no mercado, responsabilidade, disponibilidade e compromisso com os prazos estabelecidos, oferecendo segurança e tranquilidade. Assim, a empresa contratada atendendo os quesitos ora referidos se demonstrará apta a realizar o fornecimento do item do objeto contratado para que seja dada a continuidade de execução de ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19 para o enfrentamento da emergência de Saúde Pública em decorrência.

As despesas geradas pelo objeto em epígrafe, estão previstas na Lei Municipal nº 532/2020 – Lei Orçamentária Anual para o ano de 2021, e têm sua importância na manutenção de serviços necessários ao atendimento à população, atendendo assim o princípio finalístico da



Prefeitura Municipal de Viséu
Secretaria Municipal de Saúde
Gabinete do Secretário



supremacia do interesse público, nos termos do Decreto nº 3.555/00, Anexo I, art. 21, IV e Lei nº 8666/93, art. 7º, § 2º, III (serviços) ou art. 14, caput (compras).


FERNANDO DOS SANTOS VALE
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº002/2021

Fernando dos Santos Vale
Secretário Municipal de Saúde
Decreto Nº 002/2021





TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a Contrata o de Empresa Especializada para Fornecimento de Testes Rápidos de Antígeno Swab para utiliza o em casos suspeitos de Síndrome Gripal e Tratamento Precoce de infec o pelo novo coronavírus da Covid-19, com aprova o da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, visando atender as necessidades da Secretaria e Fundo de Saúde do Município de Viséu/PA. Conforme especifica es e quantidades discriminadas abaixo:

FORNECIMENTO DE TESTES RÁPIDOS DE ANTÍGENO SWAB			
ITEM	DESCRI�O	UND.	QUANT.
1	TESTES RÁPIDOS DE ANTÍGENO SWAB, PARA DIAGNÓTICO DO CORONAVÍRUS DA COVID-19, APROVADO PELA ANVISA.	UND	1.000

2. JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Saúde, através da Coordena o de Vigilância Epidemiológica, monitora o comportamento do novo Coronavírus e os riscos de agravamento e óbitos pela Covid-19 e vulnerabilidade social, além de promover a redu o da morbimortalidade, assim como a manuten o do funcionamento da força de trabalho de serviços essenciais.

Atualmente, com o Plano de Vacina o em vigor no Município de Viséu e ainda com a presença de casos positivos em nossa região se faz necessário a realiza o da testagem específica do teste de antígeno nas Unidades de Saúde, afim de identificar casos ativos ou agudos da doença, bem como, muta o de novas linhagens (P.1, P.2, B.1.1.28 e B.1.1.33.), possibilitando a busca ativa dos contatos e as interven es, visando a manuten o de medidas de precau o e controle dos casos de covid-19, o mesmo apresenta-se disponível no mercado com a sensibilidade de 91,4% e especificidade de 99,8%, aumentando acurácia do teste .

  importante ressaltar que o Teste Rápido de Antígeno Swab difere do Teste de Anticorpos (IgG e IgM) que identifica a resposta imunológica ao vírus o teste do antígeno identifica a fase aguda da doença através da detec o da proteína viral, com resultado do teste entre 15-20min, por este motivo a Anvisa informou através de Nota Técnica 07/2021 Orienta es da Realiza o de Testes Rápidos, do Tipo Ensaio Imunocromatogr ficos de Antígenos, enfatizando que para a investiga o da infec o por SARS-COV-2 em fase aguda o mais indicado dos testes rápidos   o antígeno. Além do que o teste ora citado   o mais específico e ideal no momento para aqueles que já realizaram a imuniza o contra a covid-19, os quais serão dispensados a toda a Rede de



Assistência   Saúde do Município de Viséu/PA, afim de manter a vigilância, evitando a propaga o do vírus.

3. DOTA O ORÇAMENTÁRIA

A dota o orçamentária será consignada pela Assessoria Contábil, vinculada   Secretaria Municipal de Finanç s.

4. CONTROLE DA EXECUCA O

A fiscaliza o da contrata o será exercida por um representante da Administra o, ao qual competirá dirimir as d vidas que surgirem no curso da execu o do contrato, e de tudo dará ciência   Administra o.

A fiscaliza o de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador (a) de serviç s, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administra o ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n  8.666, de 1993.

A fiscal do contrato será a servidora TAMYRES MARIA SANTOS DA SILVA, Enfermeira, inscrita sob o CPF n 012.865.692-14 e portadora do RG n 5369380 e COREN/PA n 495661 que anotar  em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execu o do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário   regulariza o das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos   autoridade competente para as providências cabíveis.


FERNANDO DOS SANTOS VALE

Secretário Municipal de Saúde
Decreto n 002/2021

Fernando dos Santos Vale
Secretário Municipal de Saúde
Decreto n  002/2021